

JOÃO PEREIRA MONTEIRO NETO

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA:

**E SUA EFETIVIDADE NO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PREFÁCIO:

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON



Copyright© 2020 by Tirant Lo Blanch

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

Juarez Tavares

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

Luis López Guerra

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

Owen M. Fiss

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

Tomás S. Vives Antón

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M778e

Monteiro Neto, João Pereira

Execução contra a fazenda pública : e sua efetividade no código de processo civil / João Pereira Monteiro Neto ; prefácio Paulo Henrique dos Santos Lucon. - 1. ed. - São Paulo : Tirant Lo Blanch, 2020.
378 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-9477-476-7

1. Processo civil - Brasil. 2. Execução contra a fazenda pública - Brasil. I. Lucon, Paulo Henrique dos Santos. II. Título.

20-62361

CDU: 347.91/95(81)

Vanessa Maíra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com

www.tirant.com/br

tirant
lo blanch

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	17
II. PREMISSAS CONCEITUAIS	21
2. Tutela jurisdicional executiva	21
3. Efetividade da tutela jurisdicional executiva	32
4. Definição de <i>Fazenda Pública</i>	37
5. Prerrogativas e privilégios: delimitação conceitual.	42
6. Natureza executiva da tutela satisfativa contra a Fazenda Pública.	45
7. Topologia legal da tutela executiva contra a Fazenda Pública.	51
III. REGIME CONSTITUCIONAL DE PRECATÓRIO E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	55
8. Pressuposto público e limites políticos.	55
9. Precatário: conceito e importância	63
9.1. Requisição de pequeno valor.	71
9.2. Crédito de natureza alimentar.	78
9.3. Correção monetária e juros de mora.	84
9.4. Regime de pagamento.	94
9.5. Cessão e compensação de crédito.	105
10. Exigência constitucional de <i>sentença transitada em julgado</i>	112
11. Sequestro constitucional	125
12. Intervenção política e hipóteses sancionatórias decorrentes da frustração do pagamento do precatório	131
IV. EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE CONTENHA CONDENAÇÃO PECUNIÁRIA IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA	143
13. Títulos executivos judiciais	143
13.1. Acordos administrativos.	147
13.2. Sentença arbitral	157
14. Aspectos gerais da fase de cumprimento de sentença que contenha condenação pecuniária imposta à Fazenda Pública	164
14.1. Multa por inadimplemento.	167
14.2. Comparecimento espontâneo da devedora	169
14.3. Honorários advocatícios sucumbenciais	173
14.4. Elementos formais do requerimento executivo.	180
14.5. Intimação inicial	185
14.6. Anuência fazendária com a memória de crédito	189
14.7. Ausência de manifestação da devedora	192
14.8. Providências anteriores ao ofício requisitório.	193
14.8.1. Diligência contábil <i>ex officio</i>	193
14.8.2. Retenção de contribuição social do PSS	197

14.8.3.	Destaque de honorários advocatícios contratuais ..	199
14.9.	Providências posteriores à expedição do precatório	200
14.9.1.	Retificação e revisão do requisitório	200
14.9.2.	Levantamento do crédito	203
14.10.	Extinção da fase executiva pela satisfação do crédito	205
15.	Impugnação ao cumprimento de sentença	208
15.1.	Efeito suspensivo	215
15.2.	Fundamentos de defesa	222
15.2.1.	Excesso de execução e cumulação indevida de execuções	225
15.2.2.	Causas modificativas ou extintivas da obrigação	230
15.2.3.	Título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal	240
15.3.	Procedimento	247
15.4.	Decisão, recorribilidade e efeitos recursais	251
16.	Outros meios de defesa da Fazenda Pública	262
16.1.	Ação rescisória como defesa heterotópica à execução	268
17.	Cumprimento da decisão parcial de mérito	280
18.	Cumprimento provisório de sentença	283
19.	Peculiaridades da ação monitória em face da Fazenda Pública . .	287
20.	Questões relativas à fase de liquidação de sentença	291
V. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL APRESENTADO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		
21.	Títulos executivos extrajudiciais em face da Fazenda Pública. .	297
22.	Execução autônoma contra a Fazenda Pública no Código de Processo Civil	299
23.	Embargos à execução contra a Fazenda Pública: aspectos do procedimento	305
23.1.	Recorribilidade	311
23.2.	Análise do cabimento de remessa necessária	315
24.	Objecção à executividade	318
VI. EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA EM FORMA ESPECÍFICA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		
25.	Tutela jurisdicional executiva em forma específica	323
26.	Medidas de apoio à execução	331
27.	Crítica aos óbices legais à concessão de tutela provisória . .	337
VII. CONCLUSÃO		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		